

Título: **Editorial**

Autor(es): **José Mattoso**

Enquadramento Institucional: **Director da Medievalista**

Contacto: **jjmtts@hotmail.com**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Nº12, (Julho - Dezembro 2012). Dir. José Mattoso.

Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X



## **Editorial revista Medievalista número 12**

*José Mattoso*

Ao completar sete anos de existência, a *Medievalista on-line* continua, graças à heterogeneidade dos temas e dos métodos de investigação adoptados pelos seus colaboradores, a representar a situação actual da medievalística portuguesa. Tanto publica material que se pode considerar na linha da historiografia clássica, vivificada pelo alargamento da base documental e o aperfeiçoamento da sua análise, como apresenta ensaios inspirados por novos temas ou novas concepções da História, imprevistas há trinta ou quarenta anos. São exemplos do primeiro caso, os artigos de Margarida Garcez Ventura, de Filipe Moreira, a recensão crítica de Maria João Oliveira

e Silva, à tese de doutoramento de Rosário Morujão e o resumo da tese de doutoramento de Isabel Castro Pina. Estão no segundo caso, os artigos da brasileira Edileide Brito, de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, de Begoña Torras, de Ana Chora e o resumo da tese de mestrado de Helena Avelar de Carvalho. O artigo de Graça Videira Lopes, que mostra as virtualidades da base de dados sobre a poesia trovadoresca editada on-line pelo IEM é um exemplo dos efeitos da revolução informática sobre a investigação medieval que acumula grandes quantidades de dados, o que aproxima o seu artigo do de Filipe Moreira, já citado, que mostra as vantagens do recurso à BITAGAP, a base de dados americana que recenseia os textos portugueses anteriores ao século XVI.

Como seria de esperar, as inovações conceptuais mais recentes, dado o seu carácter abstracto – como as inspiradas pelo chamado *linguistic turn* –, não parecem ainda suficientemente assimiladas para inspirar grandes reformulações face ao que se encontrava estabelecido e considerado relativamente consensual entre a comunidade científica, como se verifica, por exemplo, no artigo de Edileide Brito intitulado «Desvelamento do mito arturiano» e no de Ana Chora sobre «Os cavaleiros do Graal e o anti-heroísmo hagiográfico».

Não acontece o mesmo com os novos métodos que recomendam a exploração sistemática de determinados *corpus* documentais, os quais se aproximam dos que fundamentam as bases de dados já mencionadas. Parece ser este progresso metodológico o que maiores novidades promete no campo da medievalística portuguesa actual. Este número da *Medievalista* confirma tal interpretação. Assim, o problema clássico da transmissão textual das primeiras crónicas medievais portuguesas promete desenvolvimentos importantes pelo facto de a BITAGAP oferecer nas melhores condições os materiais necessários, não só para a reconstituição possível dos textos originais, mas também, sublinha Filipe Moreira, para conferir, identificar e interpretar os indícios e testemunhos da sua recepção posterior. Do mesmo modo, a BD criada por Graça Videira Lopes e os seus colaboradores, além de permitir rever leituras críticas textuais mais ou menos hipotéticas, e identificações autorais problemáticas, fornece dados para renovar e aperfeiçoar concepções globais sobre a poesia trovadoresca galega, portuguesa e castelhana, parecendo acentuar, na opinião da sua autora, o papel político da produção poética peninsular no seu conjunto.

Mas os resultados obtidos pela sistematização metódica de conjuntos documentais são também visíveis em dois artigos que utilizam dados visuais: o de Begoña Torras sobre a representação iconográfica de São Tiago Apóstolo como peregrino, e o de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo sobre a arquitectura das sedes de poder nas cidades medievais. A observação das variantes postas em relevo pelo levantamento sistemático dos pormenores significativos permite inferências importantes em termos de concepção do papel da peregrinação na mentalidade portuguesa dos séculos XIV e XV. A observação análoga da forma arquitectónica e do enquadramento urbanístico das sedes de poder – castelos, catedrais, paços dos concelhos e outros – fundamenta novas interpretações acerca das concepções e do exercício do poder local, quer do ponto de vista político-administrativo, quer do ponto de vista económico.

Estes artigos aproximam-se, do ponto de vista da novidade temática (embora não tanto da novidade metodológica) da tese de mestrado de Helena Avelar de Carvalho sobre a astrologia praticada nos corte régia portuguesa do século XV. A astrologia, considerada pela historiografia positivista como resíduo aberrante da barbárie primitiva e como obstáculo ao progresso científico, pode, afinal, ser especialmente representativa de uma concepção do mundo com a sua lógica, os seus princípios e a sua efectiva influência sobre o comportamento humano, não só das camadas populares mas também das minorias cultas.

Os progressos historiográficos de que os materiais aqui recenseados são exemplo, todavia, não devem ocultar a necessidade de estudar com os métodos e concepções de sempre (ou melhor da historiografia canónica dos anos 50 a 90 do século XX) questões até agora mal estudadas, mas essenciais para o devido conhecimento e interpretação de épocas ou de problemas históricos de grande importância, como é o caso do final da Idade Média portuguesa. Neste capítulo é bem-vinda a tese de doutoramento de Isabel Castro Pina acerca dos Loios ou Cónegos de S. João Evangelista, cuja história institucional foi objecto de uma tese de doutoramento resumida neste número da *Medievalista*. O seu papel histórico associa-se ao movimento de renovação e reforma das ordens religiosas portuguesas do século XV que nunca foi devidamente estudado em Portugal em virtude dos preconceitos típicos da historiografia liberal e anti-clerical dos séculos XIX e XX, e até das concepções reformistas pós-tridentinas protestantes e católicas. Espera-se que depois dos Loios, se investiguem também outros movimentos

reformistas da mesma época, e se possa compreender a sua relação com instituições recentemente estudadas como, por exemplo, as capelas funerárias. O artigo de Margarida Garcez Ventura acerca das «Leis Jacobinas» chama também a atenção para a importância de um facto histórico, característico da mesma época e com alguns pontos de contacto com a reforma religiosa, o que exige uma investigação aprofundada que a autora aqui esboça.

Podemos, enfim, associar aos estudos de tema clássico renovados por uma atenção mais detalhada e sistemática da documentação, os que se ocupam das chamadas disciplinas auxiliares da História, representados neste número da nossa revista pela recensão de Maria João Oliveira e Silva sobre a tese de Maria do Rosário Morujão acerca da diplomática da Sé de Coimbra. Tendo aquela analisado recentemente a diplomática da Sé do Porto estava nas melhores condições para comentar a desta autora, que, por sua vez, dava continuidade ao doutoramento de Cristina Cunha sobre a diplomática da Sé de Braga.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

### Referência electrónica:

MATTOSO, José – Editorial revista Medievalista número 12. *Medievalista* [Em linha]. Nº12, (Julho - Dezembro 2012). [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12\editorial1201.html>.

ISSN 1646-740X.

